



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000643-31.2018.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Campo Belo do Sul

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 18/2018-CGJ

Período da correição: 25-6-2018 a 24-8-2018

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Sônia Eunice Odwazny

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Renato Vizentin

Assessora Jurídica: Caroline Matos



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 107/2018 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Campo Belo do Sul

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Campo Belo do Sul, Capão Alto e Cerro Negro

Juiz titular: Ana Cristina de Oliveira Agustini

Chefe de cartório: Karoline Gransotto

Última correição por equipe da CGJ/SC: Correição Virtual - 2-5-2016 a 4-7-2016, Autos n. 0000403-13.2016.8.24.0600

Competência: Vara Única, com as seguintes exceções previstas na Resolução TJ n. 10/2017: [...] Art. 2º Compete privativamente ao juiz de direito da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de Curitiba, no que se refere aos estabelecimentos penais situados no território das comarcas de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Lages, Otacílio Costa, Santa Cecília, São Joaquim e Urubici: I - processar e julgar as execuções e seus incidentes, de sentença ou de decisão criminal, de primeira ou de segunda instância, que imponham pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto, inclusive as decorrentes da soma/unificação de penas, regressão de regime, suspensão ou revogação de livramento condicional; II - exercer as funções concernentes à corregedoria dos estabelecimentos prisionais situados nas comarcas referidas no caput deste artigo (art. 93, XVII, e § 1º, II, da Lei estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e III - cumprir cartas precatórias e cartas de ordem no território da comarca de Curitiba, no âmbito de sua competência. Art. 3º Os atos de comunicação processual serão cumpridos, se for o caso, pelos Juízes das comarcas mencionadas no caput do art. 2º desta resolução, dispensada a expedição de cartas precatórias, conforme regulamentado pelo Conselho da Magistratura (art. 15 da Lei Complementar estadual n. 339, de 8 de março de 2006). § 1º É facultado ao juiz de direito da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de Curitiba o deslocamento na jurisdição da referida vara regional para a presidência de diligências necessárias à instrução dos processos [...].

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR.

Entrância: inicial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.265	2.233
1.1.2	Processos em andamento	2.043	1.994
1.1.3	Procedimentos em andamento	222	239

Observações

- a) Primeira verificação:
- a.1) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Junho de 2018 (fl. 17).
- a.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 160 referem-se a processos do juizado especial cível e 82 referem-se a processos do juizado especial criminal.
- a.3) Segundo dados extraídos do Programa Inspeção Virtual em 18-6-2018, há 36 processos com as classes "Execução Fiscal", "Embargos à Execução Fiscal" e "Embargos Infringentes na Execução Fiscal". Destes, nenhum está em fluxo da "DTR-Fiscal".
- a.4) A unidade possui 50 processos de execução fiscal sobrestados. Nesta situação, o SAJ Estatística considera os que estão "suspensos" e "arquivados administrativamente" no final do período.
- b) Segunda verificação:
- b.1) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Setembro de 2018 (fl. 106).
- b.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 155 referem-se a processos do juizado especial cível e 88 referem-se a processos do juizado especial criminal.
- b.3) Segundo dados extraídos do Programa Inspeção Virtual em 12-9-2018, há 34 processos com as classes "Execução Fiscal", "Embargos à Execução Fiscal" e "Embargos Infringentes na Execução Fiscal". Destes, nenhum está em fluxo da "DTR-Fiscal".
- b.4) A unidade possui 51 processos de execução fiscal sobrestados. Nesta situação, o SAJ Estatística considera os que estão "suspensos" e "arquivados administrativamente" no final do período.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.260	2.230
1.2.2	Processos em andamento	2.038	1.991
1.2.3	Procedimentos em andamento	222	239

Observações

- a) Primeira verificação: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Junho de 2018 (fl. 17).
- b) Segunda verificação: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Setembro de 2018 (fl. 106).

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Gabinete

Processos conclusos



	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	159	414
1.3.1.1	Quantidade total de processos físicos com o juiz	-	0
1.3.1.2	Quantidade total de processos eletrônicos com o juiz	159	414

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Junho de 2018.
- b) Segunda verificação: mês de referência Setembro de 2018.

Audiências

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.2	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	0	0

Observações

- a) Padrão de conformidade (item 1.3.2): o relatório não deve trazer registro.
- b) Primeira verificação em 18/06/2018.
- b) Segunda verificação em 12/09/2018.

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.3	Quantidade de audiências designadas	111	117

Observações

- a) Primeira verificação: data da audiência mais longínqua: 14/08/2018 (fls. 18-20).
- b) Segunda verificação: data da audiência mais longínqua: 13/12/2018 (fls. 107-109).

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

	Indicador	Total	Média Mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2016	3.002	250,17
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2017	1.314	109,50
1.4.3	Janeiro a agosto de 2018	1.134	141,75

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

	Indicador	Segunda Verificação
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	40
1.5.1.1	Ag. Pagamento - Precatório/RPV	-
1.5.1.2	Ag. Prazo	-
1.5.1.3	Cartório - Ag. Pagamento - Precatório/RPV	18
1.5.1.4	Cartório - Ag. Prazo Criminal - Genérico - Processo	5
1.5.1.5	Concluso 1	0
1.5.1.6	Escrivão	0
1.5.1.7	Gabinete - Concluso - Sentença	1



1.5.1.8	Lista Pública	1
	Execução Fiscal - Processos	
1.5.1.9	Cartório - Ag. Prazo	1
1.5.1.10	Cartório - Processo Suspenso - Art.40 LEF	6
	Execução Penal - Processo	
1.5.1.11	Ag. Prisão	0
1.5.1.12	Cartório - Ag. Prisão	3
	Família - Processo	
1.5.1.13	Ag. Prazo	0
	Juizado Especial Cível - Processo	
1.5.1.14	Cartório - Ag. Prazo	3
	Juizado Especial Criminal - Processo	
1.5.1.15	Cartório - Ag. Prazo	1
	Penas Pecuniárias - Processo	
1.5.1.16	Cartório - Processo Angariador	1

Observações

a) Algumas filas do fluxo de trabalho foram analisadas, constatando-se o que segue:

a.1) Verificação 1 realizada em: 18-6-2018.

a.2) Verificação 2 realizada em: 12-9-2018.

b) FILA DE PROCESSO

b.1) CUMPRIR URGENTE:

Verificação 1: existem 70 processos na fila. O mais antigo data de 5-5-2018.

Verificação 2: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 31-8-2018.

c) FILAS PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA

c.1) AG. ANÁLISE - JUNTADA AUTOMÁTICA:

Verificação 1: existem 28 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 15-6-2018.

Verificação 2: existem 9 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 11-9-2018.

c.2) AG. ANÁLISE - PETIÇÕES DIVERSAS:

Verificação 1: existe 1 petição pendente de juntada e andamento, do dia 14-6-2018.

Verificação 2: não existem petições pendentes de juntada e andamento.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	28	12
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	1,24%	0,54%

Observações

a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.

b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.



- c) Primeira verificação: dados obtidos em 18/06/2018 (fls. 21-22).
d) Segunda verificação: dados obtidos em 12/09/2018 (fls. 110-111).

1.6.2 Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 09/06/2017)

Processos físicos e eletrônicos em gabinete

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.1	Ano da última movimentação	-	-

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
c) Primeira verificação: dados obtidos em 18/06/2018.
d) Segunda verificação: dados obtidos em 12/09/2018.
e) Item 1.6.2.1: não apresentou registros.

Processos físicos e eletrônicos em cartório

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.2	Ano da última movimentação		
1.6.2.2.1	2009	1	0
1.6.2.2.2	2017	10	7
1.6.2.2.3	Total	11	7

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
c) Primeira verificação: dados obtidos em 18/06/2018 (fls. 23-24).
d) Segunda verificação: dados obtidos em 12/09/2018 (fl. 112).

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	7	9
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	1	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	0	3
1.6.6	Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017: no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014	27	27
1.6.7	Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão	3	3



1.6.8	Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas – Julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau	0	0
-------	--	---	---

Observações

- a) Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5): o relatório não deve trazer registro.
b) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 25-28).
b.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 09/12/2014.
b.2) Item 1.6.4 - data da distribuição mais antiga: 12/12/2012.
b.3) Itens 1.6.6 e 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2017, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

c) Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 113-116).
c.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 09/12/2014.
c.2) Item 1.6.4 - data da distribuição mais antiga: - - -.
c.3) Itens 1.6.6 e 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2017, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/05/2018)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico (registro mais antigo: 08/02/2018)	5	0
	Petição Intermediária (registro mais antigo: 12/07/2016)	21	2
	Mandados (registro mais antigo: 18/06/2018)	0	0
	AR (registro mais antigo: 18/06/2018)	0	0

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
b) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 29-30).
c) Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 117-118).

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.11	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.14	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	219	181

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.



- b) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 31-35).
c) Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 119-123).

MANDADOS

Indicador		Primeira	Segunda
		verificação	verificação
1.6.15	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	14	15

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
b) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 36-37).
b.1) Mandado mais antigo: 20/11/2017.
c) Segunda verificação em 12/09/2018 (fl. 124).
c.1) Mandado mais antigo: 20/11/2017.

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor	Primeira Verificação		Segunda Verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
		1.6.16	Outros setores		
1.6.16.1	Cartório - Ministério Público	0	0	17	0
1.6.16.2	Cartório - Serviço Social	0	0	14	0
1.6.16.3	Contadoria - Cálculos e Atualizações	16	0	11	0
1.6.16.4	Contadoria - Custas Finais	6	0	0	0
1.6.16.5	Contadoria - Custas Intermediárias	4	0	0	0
1.6.16.6	Distribuição	161	0	7	0
1.6.16.7	Ministério Público	38	0	0	0
1.6.16.8	Oficialato da Infância e Juventude	2	0	0	0
1.6.16.9	Serviço Social	16	1	0	0

Observações

- a) Primeira verificação em Junho de 2018 (fl. 38).
b) Segunda verificação em Setembro de 2018 (fl. 125).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

1.6.17	Quantidade total de processos em carga				
	Indicador	Valor		Segunda verificação	
		Primeira verificação		Segunda verificação	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
			0		1
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.17.1	Advogado	0	0	1	0

Observações

- a) Item 1.6.17: não se aplica, por se tratar de unidade 100% digital.



1.6.18 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.18.1	0	0	0	0
1.6.18.2	0	0	0	0
1.6.18.3	0	0	0	0
1.6.18.4	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.18.5	0	0	0	0
1.6.18.6	0	0	0	0
1.6.18.7	0	0	0	0
1.6.18.8	0	0	0	0
1.6.18.9	0	0	0	0
1.6.18.10	2	0	0	0
1.6.18.11	0	0	0	0
1.6.18.12	0	0	0	0
1.6.18.13	0	0	0	0
1.6.18.14	0	0	0	0
1.6.18.15	0	0	0	0
1.6.18.16	0	0	0	0
1.6.18.17	0	0	0	0
1.6.18.18	0	0	0	0
1.6.18.19	1	0	1	1
1.6.18.20	3	0	0	0
Expedição/cumprimento				
1.6.18.21	0	0	0	0
1.6.18.22	0	0	0	0
1.6.18.23	0	0	0	0
1.6.18.24	0	0	0	0
1.6.18.25	0	0	0	0
1.6.18.26	0	0	0	0
1.6.18.27	0	0	0	0
1.6.18.28	0	0	0	0
Organização/juntada				
1.6.18.29	0	0	0	0
1.6.18.30	0	0	0	0



petição				
1.6.18.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0

Observações

- Observações:
- Primeira verificação em 18/06/2018.
 - Segunda verificação em 12/09/2018.
 - Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".
 - Unidade 100% digital.

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação	
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	30	12
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	149	144
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	71	82
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	0	0

Observações

- Padrão de conformidade:
 - Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 39-41).
- Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 126-128).

1.7.8	Réu Preso Provisório	5	8
	Réu Preso Definitivo	12	16
	Total	17	24

Observações

- Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
 - Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 42-43).
 - Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 129-130).



1.7.9

1.7.10

1.7.11

Observações

a) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 44-53).

a.1) Item 1.7.11:

b) Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 131-138).

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	101	82

Observações

a) Primeira verificação em 18/06/2018 (fl. 54).

b) Segunda verificação em 12/09/2018 (fl. 139).

c) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

d) O relatório de bens do SNBA (pesquisar bens) e do SAJ () apresentam o registro de bens cadastrados. Entretanto, no SNBA, o "registro" equivale ao número de categorias de bens cadastradas (aeronaves, alimentos, etc) nos processos. Por sua vez, no SAJ, o "registro" representa o número de categorias de bens cadastradas (a imóveis, etc) e ao número de descrições inseridas em cada categoria. Desse modo, os registros apontados pelos sistemas não serão equivalentes. Isso não exime, contudo, a necessidade de cadastro e de atualização dos sistemas, cabendo a unidade conferir a regularidade.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado.	Alimentado



Observações

- a) Primeira verificação em 18/06/2018.
a.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subseqüente ao vencido.
c) Segunda verificação em 12/09/2018.

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-

Observações

- a) Primeira verificação em 18/06/2018.
b) Segunda verificação em 12/09/2018.
c) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subseqüente ao vencido.
d) Não há estabelecimentos penais registrados.

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado

Observações

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

- b) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 55-56).
b.1) Unidades com competência para Fazenda Pública: a consulta ao SAJ (período 13-6-2015 a 17-6-2018) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.
b.2) Unidades com competência Criminal: em consulta ao SAJ (período 13-6-2015 a 17-6-2018), por amostragem nos processos ns. [REDACTED] e [REDACTED], verificou-se que nenhum desses processos foi cadastrado no CNCIAI. Apurou-se, contudo, que há outros processos cadastrados no CNCIAI.

- c) Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 140-141).
c.1) Em consulta ao CNCIAI, verificou-se que os processos analisados na primeira verificação de ns. [REDACTED] foram cadastrados no sistema.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
-----------	----------------------	---------------------



1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Alimentado	Parcialmente alimentado
-------	---	------------	-------------------------

Observações

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNECJ.

b) Primeira verificação em 18/06/2018 (fls. 57-66).

b.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Associação Abrigo Mãe Josina), o qual teve o último relatório de visita mensal incluído em 8-6-2018.

c) Segunda verificação em 12/09/2018 (fls. 142-151).

c.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Associação Abrigo Mãe Josina), o qual teve o último relatório de visita mensal incluído em 8-6-2018.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido prazo a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 17 de setembro de 2018.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional - Mat. 9.914

Caroline Matos
Assessora Jurídica - Mat. 42.226